

14 ABR 1988

Jardine

Barbalho garante que SUDS é irreversível

“Sou favorável à manutenção do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde nos Estados — SUDS. Ele é um programa irreversível. Pode ter desvios e defeitos na sua implementação, porque teve início em julho de 1987, é recente, mas o Ministério da Previdência e Assistência Social vem adequando o programa face às dificuldades encontradas na sua execução. Como ex-governador do Pará, entendi da necessidade, mais do que nunca, da descentralização na área médico-hospitalar”.

As palavras são do ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho, no debate promovido pela Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, presidida pelo deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) e que contou ainda com a presença do presidente do Inamps, José de Ribamar Pinto Serrão, e do presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde — Conass, Antenor Ferrari, secretário de saúde do Rio Grande do Sul.

Para Barbalho, o SUDS deve ser implantado gradualmente, já que algumas secretarias de saúde não estão ainda devidamente aparelhadas, sendo que a realidade de cada estado tem de ser olhada com atenção, pois alguns avançam mais do que os outros.

Cabe ao Inamps, disse o ministro da Previdência Social, como função principal, as tarefas de planejamento, acompanhamento e auditoria dos recursos repassados aos estados.

Ao afirmar que o SUDS deriva das Ações Integradas de Saúde, o presidente do Inamps, Pinto Serrão, salientou que a primeira providência que tomou foi no sentido de estabelecer, através de normas e regras, um plano de aplicação e de transferência de recursos para os estados, mas que ainda não foi possível acertar o mecanismo ideal para o repasse e o fluxo desses recursos.

Serrão disse ter alertado os secretários de saúde sobre a necessidade do cumprimento das exigências legais, inclusive por ter já o Tribunal de Contas da União se manifestado quanto ao controle do repasse de recursos.

O presidente do Conass, Antenor Ferrari, defendeu uma integração harmoniosa, nos níveis federal, estadual e municipal, para que uma verdadeira política de saúde se viabilize neste país. O SUDS, segundo Ferrari, é controlado por quatro Ministérios (Saúde, Previdência, Educação e Trabalho) e, portanto, vem encontrando muitas dificuldades, adversários e interesses no caminho.

Antenor Ferrari frisou

que a nova Lei Orgânica da Saúde é que vai levar à definitiva implantação do Sistema Único de Saúde, do que o SUDS é um passo muito importante. Dessa maneira, Ferrari quer um comando único no setor de política de saúde, através de um só Ministério. Ele disse também que se o SUDS for devidamente implantado, vai colaborar na consolidação da democracia brasileira.

Debates — Em função de uma pergunta do deputado Ruy Nadel (PMDB-RS), o ministro Barbalho disse ao presidente do Conass que concorda que os pagamentos das entidades prestadoras de serviços sejam efetuados pelas secretarias de saúde, como já faz São Paulo, que é responsável por 24,44% da receita da Previdência Social. Para que o fato ocorra, Barbalho quer definir a responsabilidade de quem é quem.

Em resposta ao deputado Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP), o presidente do Inamps garantiu que a greve foi a responsável pelo atraso na implantação do sistema de pagamento, mas que a partir de março, a parte referente às internações está rigorosamente em dia. Em relação aos serviços ambulatoriais, não poderia responder, por depender da troca de informações entre os governos estaduais e o Inamps.